

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA EM CRUZ ALTA
CURSO DE PEDAGOGIA**

KATIELI BOTTEGA DE MOURA

**RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O PAPEL CONSTITUTIVO
DA DOCÊNCIA**

CRUZ ALTA

2021

KATIELI BOTTEGA DE MOURA

**RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O PAPEL CONSTITUTIVO
DA DOCÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Me. Odilon Stramare

CRUZ ALTA

2021

Catálogo de Publicação na Fonte

M929r Moura, Katieli Bottega de.
Relações de gênero na Educação Infantil e o papel constitutivo da docência / Katieli Bottega de Moura. – Cruz Alta, 2021.
41 f.

Orientador: Prof. Odilon Stramare.

Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso de Licenciatura em Pedagogia, Cruz Alta, 2021.

1. Educação infantil. 2. Gênero. 3. Docência. I. Stramare, Odilon. II. Título.

KATIELI BOTTEGA DE MOURA

**RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O PAPEL CONSTITUTIVO
DA DOCÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Aprovado em...../...../.....

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Me. Odilon Antonio Stramare
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)

Prof.^a Me. Maria da Graça Prediger Da Pieve
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)

Prof.^a Dr.^a Dioni Maria dos Santos Paz
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)

CRUZ ALTA

2021

Dedico primeiramente a minha mãe que sempre esteve ao meu lado.

A minha irmã que desde sempre me ajudou e apoiou nesta jornada.

Ao meu sobrinho Francisco.

Dedico a todos os professores que me auxiliaram e acompanharam durante esses anos de faculdade, contribuindo com suas experiências e seus saberes.

AGRADECIMENTO

Agradeço a todos e todas que contribuíram no decorrer desta jornada, especialmente:

A Deus, a quem devo minha vida.

Ao meu eterno nono Alípio (in memoria), que sempre me incentivou.

À minha mãe Maria Lúcia, pelo apoio ao longo deste trabalho.

À minha irmã Marieli, por toda ajuda e companheirismo.

Aos meus professores, pelo saber compartilhado.

Ao meu orientador Prof. Me. Odilon Stramare, que teve papel fundamental na elaboração deste trabalho.

Aos meus colegas pela convivência e pelas aprendizagens vividas em sala de aula.

Muito obrigada a todos os professores e profissionais do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul do município de Cruz Alta, vocês fazem parte da minha história.

“As identidades de gênero não estão prontas ou acabadas em determinado momento, estão sempre se constituindo a partir de múltiplos discursos que normalizam, regulam e instauram saberes que produzem verdades.”

(GIACHINI; LEÃO, 2016, p. 1413)

RESUMO

Estudos e pesquisas no campo da Educação Infantil devem abranger discussões acerca da educação inclusiva que respeite e contemple a diversidade de sujeitos que fazem parte da sociedade contemporânea. Nesse viés, recortando e modelando a temática, as questões relacionadas a gênero se revelam desde a educação infantil e, esse estudo propõe apontar alguns aspectos das relações de gênero no contexto escolar, bem como do papel (constitutivo) da docência nesse processo de construção. Tendo como objetivo compreender, no contexto da produção científica da área, como as crianças constroem e vivenciam as relações de gênero na escola de Educação Infantil, bem como, o papel do professor no processo de construção da identidade de gênero.

Palavras-chave: Educação Infantil. Gênero. Docência.

ABSTRACT

Studies and research in the field of Child Education should contemplate discussions about inclusive education that respects and considers human diversity in contemporary society. Thus, cutting and shaping the theme, issues related to gender are revealed since early childhood education and this study proposes to point out some aspects of gender relations in the school environment, as well as the (constitutive) role of teaching in this construction process. The research aims to understand, in the context of scientific production in the area, how children build and experience gender relations in the Kindergarten School, as well as the role of the teacher in the process of building gender identity.

Key-words: Child Education. Gender. Teaching.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 EDUCAÇÃO E GÊNERO (descritivo)	14
2.1.2 A criança e a construção do que é ser menino e menina	17
2.2 A QUESTÃO DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	20
2.3 O PAPEL CONSTITUTIVO DA DOCÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO	25
2.3.1 A atuação do/a professor/a da Educação Infantil por uma educação não sexista	27
2.4 BRINCADEIRAS DE GÊNERO	30
3 METODOLOGIA	33
3.1 TIPO DE ESTUDO	33
3.2 OBJETO/SUJEITO DE ESTUDO	33
3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	33
3.4 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	34
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	34
5 CONCLUSÃO	39
BIBLIOGRAFIA	40

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo trata das “**Relações de gênero na Educação Infantil e o papel constitutivo da docência**” e realizou-se através de análises bibliográficas.

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica, é nessa fase que as crianças começam a conviver com um grupo social mais extenso. É na escola que ela convive com outras crianças, oriundas de diferentes famílias, culturas, religiões, classes sociais e etnias, formando um novo grupo social. Nesse contexto, tão diverso, meninos e meninas interagem entre si e se manifestam (em diferentes situações e de diferentes formas) frente às questões de gênero. Porém, é também neste local que ocorrem as distinções de gênero, que de forma histórica e cultural, está presente na sociedade e muitas vezes é reforçada na escola, podendo ser revelada através da diferenciação de roupas, cores, brincadeiras e padrões comportamentais para menino ou menina. Apesar da pouca idade, as crianças assimilam os comportamentos e papéis atribuídos aos homens ou mulheres e os incorporam na formação de sua identidade.

Justifica-se então a relevância e necessidade de pesquisar sobre o tema pois a escola (desde a Educação Infantil), enquanto instituição educativa, inserida em determinado contexto sócio histórico e cultural, reproduz o que acontece na sociedade, podendo modelar a criança a determinado comportamento padrão para meninos e meninas. Somente através da educação será possível a desconstrução de conceitos discriminatórios e o estabelecimento das relações entre ambos os sexos de forma mais igualitária.

Cabe destacar outrossim, o papel constitutivo do professor em meio a esses contextos e relações, haja visto que o mesmo pode contribuir decisivamente no rompimento de estereótipos que diferenciam os conceitos de gêneros e promovem a desigualdade. Nesse viés, o papel do professor torna-se imperativo e constitutivo.

Nessa linha de pensamento, destacando as relações de gênero como método descritivo, esta pesquisa objetiva "apontar alguns aspectos das relações de gênero no contexto escolar, bem como o papel da docência no processo de construção da identidade de gênero na Educação Infantil.". Dando seguimento, pretende compreender, no contexto da produção científica da área, como as crianças constroem e vivenciam as relações de gênero na escola de Educação Infantil, bem

como, o papel do professor no processo de construção narrativa de identidade de gênero, na perspectiva das pesquisas e produções científicas.

Os procedimentos metodológicos caracterizam-se por ser uma pesquisa do tipo bibliográfica no qual darão cientificidade à pesquisa os estudos de Finco (2010), Louro (1998), Scott (1990), Brasil (legislação de 1998, 2009), dentre outros de igual importância.

O referencial teórico deste trabalho está estruturado nos seguintes tópicos: Educação e gênero, A questão de gênero na educação infantil, O papel constitutivo da docência na construção da igualdade de gênero e Brincadeiras de gênero. Dando seguimento ao trabalho são apresentados: metodologia, resultados e discussões, conclusão e referências bibliográficas.

As futuras pedagogas e docentes de escolas infantis, cabe investigar, conhecer e compreender sobre as relações entre gêneros na educação infantil e de que forma o professor pode contribuir, positiva ou negativamente, para relações igualitárias entre meninos e meninas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A seguir será apresentado o referencial teórico da pesquisa, que foi dividido em subtítulos.

2.1 EDUCAÇÃO E GÊNERO (descritivo)

A relação entre educação e gênero não é uma percepção tão recente, a temática igualdade de gênero está em pauta no mundo desde 1979, a partir da Resolução 34/180 da ONU (Organização das Nações Unidas) a qual foi aprovada pelo Brasil em 1984, que estabelece propósitos para o Estado promover a igualdade entre mulheres e homens utilizando da ferramenta educação. No Artigo 10º da Resolução nos incisos 1 e 4 deixa claro o papel do Estado:

§ 1. Os Estados Membros adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher, a fim de assegurar-lhe a igualdade de direitos com o homem na esfera da educação e em particular para assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres;

§ 4. A eliminação de todo conceito estereotipado dos papéis masculino e feminino em todos os níveis e em todas as formas de ensino, mediante o estímulo à educação mista e a outros tipos de educação que contribuam para alcançar este objetivo e, em particular, mediante a modificação dos livros e programas escolares e adaptação dos métodos de ensino (BRASIL. 1984, p.1).

Apesar dos avanços, este processo de estimular a igualdade de gênero é lento dada toda construção social estereotipada, ele perpassa uma política educacional para promover a igualdade e fazer com que as diferenças não se confundam com as desigualdades, contudo, para tanto é preciso falar sobre educação e gênero.

Neste tópico apresento um diálogo entre educação e gênero, conceituando e entrelaçando as ideias. Apresento a família e a escola como duas instituições sociais fundamentais para a construção da identidade da criança, seus comportamentos, bem como, para o processo de aprendizagem relativo aos modos de ser, pensar e agir que são esperados para meninos e meninas.

2.1.1 Entrelaçando educação e gênero

Falar em gênero no processo educativo é algo desafiador, pois ao pensar educação, pensa-se primeiramente, no processo familiar. É na família que se começa a construir diversos conceitos que têm valor na vida destes sujeitos, constituindo-os. É na família, enquanto primeiro grupo social, que se estabelece que a questão de gênero é algo determinado e definido no nascimento da criança com regras determinadas e costumes, como por exemplo, menino joga bola e menina brinca de boneca. Para Meyer (2001, p. 22), o conceito de gênero se constrói em diversas instituições, iniciando-se no grupo familiar. Em suas palavras:

O conceito de gênero indica mais ou menos o seguinte: nós aprendemos a ser homens e mulheres desde o momento em que nascemos até o dia em que morremos e essa aprendizagem se processa em diversas instituições sociais, a começar pela família, passando pela escola, pela mídia, pelo grupo de amigos, pelo trabalho etc. (MEYER 2001, p.22)

A ideia de gênero, em nossa sociedade, está ligada às diferenças biológicas entre os sexos. Porém, cabe destacar a diferença que existe entre sexo e gênero. O primeiro, sexo, é uma categoria biológica, indicando as diferenças anatômicas entre homens e mulheres. Por sua vez, o gênero remete a uma construção social narrativa (e auto narrativa) de comportamentos diferenciados entre homens e mulheres.

No momento em que se considera as relações de gênero como algo socialmente construído e as características tratadas naturalmente como femininas ou masculinas, elas representam as relações de poder fundantes da sociedade. Sendo que conforme expressa Daniela Auad (2019) “as diferenças anatômicas entre homens e mulheres” (órgãos masculinos ou femininos), “não teriam nenhuma significação valorativa em si mesmo, não fossem os arranjos de gênero vigentes na nossa sociedade”. Continua referindo a autora sobre as relações de gênero:

Vale ressaltar que as relações de gênero, do modo como estão organizadas em nossa sociedade, são uma máquina de produzir desigualdade. As visões naturalistas sobre mulheres, meninas, homens e meninos representam travas para a superação dessa situação. [...] tais características são, na verdade, construídas, ao longo dos anos e dos séculos, segundo modo como as relações entre o feminino e o masculino foram se engrenando socialmente (AUAD, 2019, p. 19)

Portanto, gênero não pode ser tratado como sinônimo de sexo, principalmente com referência a abordagem pré-conceituais na Educação Infantil e nas séries iniciais

do Ensino Fundamental, sendo que a construção de gênero não pode estar submetida às características biológicas. Contudo, apesar dos estudos relacionados ao assunto e da modernização da sociedade, as características corporais continuam sendo uma forma de distinção entre o feminino e o masculino. E, ainda existe um conjunto de características que permite determinar o que é ser “homem” ou “mulher”. A autora reforça esta ideia:

O gênero-como um conjunto de ideias e representações sobre o masculino e feminino-cria uma determinada percepção sobre o sexo anatômico. E, então, ter pênis ou ter vagina, ser menina, homem, mulher ou menino determina quais serão as informações utilizadas para organizar os sujeitos em uma desigual (e irreal) escala de valores (AUAD, 2019, p. 21).

As situações do dia a dia reafirmam, muitas vezes, as normas de gênero, quando alguém diz “homem é assim”, “isso é coisa de menina” ou “mulher não faz isso”, está justificando comportamentos a partir da diferença biológica e também perpetuando como toda sociedade espera que homens e mulheres se comportem, restringindo sua existência no mundo e alimentando a desigualdade de gênero.

Quando usamos o termo “desigualdade de gênero”, nos referimos a relações de poder, privilégio ou hierarquias sociais criadas a partir das diferenças percebidas entre homens e mulheres, ou entre masculinidades ou feminilidades. [...] quando alguém afirma que um garoto “corre que nem menina”, está usando essa expressão de forma negativa, de modo a desqualificá-lo. Em contrapartida, a expressão “ela trabalha duro que nem homem” é usada de forma positiva e valoriza o trabalho: usa-se o estereótipo de que todo homem é trabalhador e, se uma mulher também o é, ela é logo valorizada pela comparação com ele (LINS; MACHADO; ESCOURA. 2016, p. 17).

O processo histórico e cultural naturalizou os estereótipos de feminilidade e masculinidade, mesmo quando se trata da escola. Segundo as autoras, um exemplo de como as diferenças de gênero serviram para a criação da desigualdade é a própria história do magistério e da pedagogia no Brasil:

Aos poucos, a docência passou a ser encarada como uma profissão que estendia as funções domésticas femininas. Portanto apareceu como um caminho profissional para as moças jovens, brancas, e de classe média, que até então eram proibidas de trabalhar fora de casa. Não demorou para que feminilização do magistério provocasse a desvalorização da profissão: o baixo salário recebido pelas professoras era visto apenas como dinheiro extra para as jovens antes de se casarem e serem sustentadas pelo marido. [...] o comportamento esperado na escola também é marcado por expectativas de gênero. Quando pensamos que “matemática é coisa de menino”, “que menina é mais caprichosa”, enfim, que certas coisas são próprias de meninas e outras de meninos, estamos limitando as aprendizagens e as experiências de vida das crianças ou adolescentes (LINS; MACHADO; ESCOURA. 2016, p. 18,19).

Durante séculos, e ainda hoje, a sociedade constrói papéis de mulheres e homens. Assim, faz-se necessário reconhecer que a escola não é uma instituição que está dissociada desse contexto. Mesmo com a passagem do tempo, esses papéis ainda são ensinados para as crianças, filhos e filhas. E, infelizmente, na escola, meninos e meninas aprendem ou afirmam concepções hierárquicas entre os sexos e os papéis que os mesmos devem assumir ao longo da história.

Dessa forma, para muitos autores e autoras, os processos escolares podem ainda ser vistos como formadores e reprodutores das desigualdades sociais e de gênero. Segundo Guacira Louro (2014, p. 125) “essas desigualdades só poderão ser percebidas, desestabilizadas e subvertidas, na medida em que estivermos atentas/os para suas formas de produção e reprodução, colocando-se na posição de autocrítica e a busca de ações mais efetivas”. Nesse sentido, vale a indagação: de que modo é possível promover uma educação não discriminatória (ou menos discriminatória)? Segundo Auad, as ações para tal perpassam a desacomodação e o questionamento:

Questionar, e não imediatamente negar o que percebemos como tipicamente feminino ou tipicamente masculino pode ajudar a notar como muitas diferenças entre homens e mulheres não são naturais. Há de se duvidar do que é visto como “coisa de mulher” ou como “papo de homem”. Termos como esse podem revelar concepção desiguais dos sujeitos. [...] ainda sobre as diferenças e as desigualdades, é importante lembrar o que ouvi repetidas vezes de Maria Victória Benevides: o contrário da igualdade não é a diferença. O contrário da igualdade é a desigualdade. Uma diferença pode ser culturalmente enriquecedora, ao passo que uma desigualdade pode ser um crime (AUAD, 2019, p. 23).

Assim, a educação, mais especificamente a escola e seus professores, devem evitar a presença de estereótipos de gênero presentes nos próprios discursos, nos livros didáticos e nas brincadeiras das crianças.

2.1.2 A criança e a construção do que é ser menino e menina

A criança (sujeito da Educação Infantil), é um ser histórico e social, que faz parte de uma família, de um momento histórico qualquer, a qual está agregada a uma sociedade, com uma certa cultura. No que se refere à concepção de criança, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB), nos mostra:

[...] é sujeito histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e por ela estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais se insere. Nessas condições ela faz amizades, brinca com água ou terra, faz-de-conta, deseja, aprende, observa, conversa, experimenta, questiona, constrói sentidos sobre o mundo e suas identidades pessoal e coletiva, produzindo cultura. (BRASIL, 2013, p. 86).

A criança é um ser único, tem sua própria maneira de pensar e ver o mundo, construindo do seu jeito através de interações com outros sujeitos e com o meio em que vive, além de brincadeiras estabelecidas desde cedo, ela explora o lugar onde vive, imagina, cria, aprende e faz novas descobertas juntamente com outras crianças e adultos com quais convive, construindo assim a formação de sua identidade, princípios e hábitos, bem como, compreende as diferentes formas de se portar com relação ao gênero (feminino e masculino) previstos pela sociedade.

É numa concepção histórica, cultural e social que se confere a construção de ideias, costumes e princípios que são atribuídos ao gênero masculino e feminino. A criança compreende as distintas formas de se portar como meninos e meninas mediante as relações vivenciadas. Com relação, Felipe (2001, p. 65) afirma:

As expectativas que temos em relação a homens e mulheres, meninos e meninas são construídos numa determinada cultura e num determinado momento histórico. São essas expectativas que chamamos de relações de gênero. Ou seja, o conceito de gênero surgiu para se contrapor à ideia de essência, tentando mostrar que tanto o jeito de ser homem ou mulher quanto os comportamentos esperados para ambos são construídos histórica e socialmente. Isto significa dizer que aquilo que nos parece tão natural hoje, foi fruto de um forte investimento da sociedade. (FELIPE, 2001, p. 65).

Entre as expectativas já é pensado, o menino como um jogador de futebol, ou talvez um bombeiro, ou um policial corajoso e forte, ou melhor ainda um piloto de avião esperto e ágil, que suas brincadeiras inspirem força, coragem e agilidade. Já as meninas são vistas como cuidadoras, cozinheiras, talvez princesas ou bailarinas, consideradas sensíveis, frágeis e calmas, suas brincadeiras envolvem bonecas, panelinhas e casinhas.

É através das pequenas coisas que as crianças notam-se no mundo como meninas ou meninos, coisas essas como por exemplo, os brinquedos que são dados para brincar, a forma que a criança é educada pelos familiares, a cor da roupa que veste, entre outros. Junto disso, durante as vivencias sociais da criança vão sendo construídos pensamentos relacionados aos comportamentos e sentimentos de cada sexo. Com relação, Vianna e Finco afirmam:

Meninos e meninas desenvolvem seus comportamentos e potencialidades a fim de corresponder às expectativas de um modo singular e unívoco de masculinidade e de feminilidade em nossa sociedade. Muitas vezes instituições como família, creches e pré escolas orientam e reforçam habilidades específicas para cada sexo [...]. Meninas e meninos são educados de modos muito diferentes [...]. A diferença está nas formas aparentemente invisíveis com que familiares [...] interagem com as crianças. (VIANNA; FINCO, 2009, p. 273)

Fazendo parte do mundo da criança o brincar é uma das atividades mais importantes para o desenvolvimento da independência da criança e de sua personalidade, além da construção de princípios, atitudes e conceitos pertencentes às maneiras de se portar como meninos e meninas, o que acompanhará a criança durante toda sua vida.

Em sua experiência durante as observação na Escola do Caminho a pesquisadora Daniela Auad descreve como ela verificou as características e comportamentos de meninos e meninas comparando-os com aquilo que lhes era esperado simplesmente em função do seu gênero:

As diferenças entre meninos e meninas certamente não são naturais. Meninas que aparentam meiguice ou meninos que falam aos gritos são resultantes do modo como as relações de gênero foram construídas na nossa sociedade ao longo do tempo. (AUAD, 2019, p.39)

A autora compartilha de um experimento escrito pela italiana Elena Belotti que obteve a descrição de um padrão acerca do masculino e do feminino, a partir de suas observações na escola a autora desenvolveu um quadro comparativo sobre o que é esperado de meninos e meninas:

Meninos	Meninas
Dinâmicos, barulhentos e agressivos	Apáticas, tranquilas, dóceis e servis
Indisciplinados e desobedientes	Disciplinadas e obedientes
Negligentes; Não são aplicados	Metódicas e cuidadosas; São perseverantes

Escrevem devagar, são desarrumados e sujos	Arrumadas, conservam-se e limpinhas e asseadas
Autônomos, não dependem, com constância, de afeto, aprovação e auxílio	Dependentes do conceito da professora, pedem aprovação e ajuda com frequência
Seguros; não choram com facilidade	Choronas e emotivas
Solidários com outros do mesmo sexo e com aguçado senso de amizade	Fracas de caráter e pouco solidárias com as colegas

AUAD. 2019, p.40

Esse modelo uma vez construído na sociedade pode estar ainda em ação na escola, apesar das relações de gênero atualmente serem mais dinâmicas alguns traços da versão caricata ainda se confirmam em práticas sociais e escolares.

2.2 A QUESTÃO DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Neste tópico faço considerações a respeito das relações de gênero na Educação Infantil e a importância de uma educação não-sexista¹, para tanto utilizo como base o Referencial Curricular nacional para a educação infantil. Abordo a importância de uma educação que promova a igualdade de oportunidades para meninos e meninas, tendo como objetivo viabilizar uma educação não-sexista, e garantir práticas educativas que não promovam o sexismo².

¹ Educação não-sexista: é uma educação que busca promover a igualdade entre homens e mulheres. Apresenta-se como proposta contrária a educação sexista cuja características demonstram qualquer tipo de discriminação baseada exclusivamente no sexo biológico do indivíduo.

² Atitude, discurso ou comportamento, que se baseia no preconceito e na discriminação sexual: a exaltação exagerada do masculino ou do feminino é uma forma de sexismo. Conforme Dicionário de Português, disponível em: <https://www.dicio.com.br/sexismo/>

2.2.1 As relações de gênero na educação infantil

Dialogar sobre relações de gênero atualmente se torna um pouco complicado, pois fazemos parte de uma cultura patriarcal onde os preconceitos estão infiltrados na mente de algumas pessoas, assim falar sobre gênero ainda pode ser um tabu. Na maioria das famílias, ainda dentro da barriga da mãe o bebê já vem sendo rotulado em relação ao sexo, cor, entre outros, depois de nascer já é esperado que a criança se comporte como menino e menina e esse comportamento específico vai se intensificando com o passar dos anos. Conforme mostra o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

Antes mesmo do nascimento, os familiares manifestam curiosidade em saber se o bebê será menino ou menina. Já nesse momento começam a construir expectativas diferentes quanto ao futuro da criança, conforme a representação que é feita do papel do homem e da mulher em seu grupo social. Com o nascimento, as expectativas e os planos tendem a se intensificar e se fazem presentes nas interações cotidianas com a criança, desde a escolha da cor da roupa, passando pelos brinquedos a serem oferecidos, até as atividades e brincadeiras permitidas. Assim, ser homem ou mulher varia conforme a cultura e o momento histórico, pois supõe, mais do que as características biológicas de um ou outro sexo, o desempenho de papéis atribuídos socialmente (BRASIL, 1998, p, 21).

O primeiro contato que o bebê tem ao nascer é com os pais, ou seja, a primeira interação é com adultos que garantirão a sua sobrevivência, dando comida, carinho, proteção, realizando a higiene, entre outros. Isso tudo fará com que o bebê comece a adquirir conhecimento de mundo em relação à cultura e ao local em que está inserido. É ao ingressarem na escola que as crianças são inseridas na vida social, é na escola que ela terá contato com diferentes crianças, de diferentes culturas, regiões, etc. Com isso, é nesta fase que os professores têm como responsabilidade deixar de lado certos tabus criados pela sociedade e introduzir novas práticas, com o objetivo de abraçar um processo democrático no desenvolvimento da aprendizagem.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI.

Para que seja incorporada pelas crianças, a atitude de aceitação do outro em suas diferenças e particularidades precisa estar presente nos atos e atitudes dos adultos com quem convivem na instituição. Começando pelas diferenças de temperamento, de habilidades e de conhecimentos, até as diferenças de gênero, de etnia e de credo religioso, o respeito a essa diversidade deve permear as relações cotidianas (BRASIL, 1998, p. 41)

Segundo o RCNEI (BRASIL, 1998) é por volta dos cinco e seis anos, que a questão do gênero ocupa papel central no processo de construção da identidade, o que se reflete nas ações e interações entre as crianças, que tendem a uma separação espontânea entre meninos e meninas.

É de grande importância que a criança vivencie valores de igualdade e respeito entre os diferentes gêneros, deixando que brinquem naturalmente, de diversas formas, relacionando o papel da mulher e do homem. O RCNEI assim esclarece:

No que concerne à identidade de gênero, a atitude básica é transmitir, por meio de ações e encaminhamentos, valores de igualdade e respeito entre as pessoas de sexos diferentes e permitir que a criança brinque com as possibilidades relacionadas tanto ao papel de homem como ao da mulher. Isso exige uma atenção constante por parte do professor, para que não sejam reproduzidos, nas relações com as crianças, padrões estereotipados quanto aos papéis do homem e da mulher, como, por exemplo, que à mulher cabe cuidar da casa e dos filhos e que ao homem cabe o sustento da família e a tomada de decisões, ou que homem não chora e que mulher não briga (BRASIL, 1998, p. 42).

No entanto, não é essa a realidade que se vê em algumas escolas hoje em dia, muitas delas trabalham as relações de gênero de forma separada, manipulando os alunos em relação ao comportamento da menina e do menino. Contribuindo assim com a desigualdade de gênero. Segundo Giachini e Leão (2016):

As abordagens referentes a esse assunto, na maioria das vezes, estão centralizadas em discursos vigilantes e moralizantes, e, além disso, reforçam modelos de como deve ser o comportamento considerado adequado para os meninos e meninas, o que ilustra o quanto é preciso que tais discursos sejam desconstruídos. As relações de gênero possibilitam ir além da questão anatômica e restrita do conceito de sexo, termo empregado para diferenciar pessoas do sexo feminino e masculino (GIACHINI, LEÃO, 2016, p.1411).

Com relação ao tema, os professores deveriam receber maior formação, fazendo este assunto se tornar presente nas escolas, para assim trabalhar a questão de gênero de uma forma igual com todos, independentemente do gênero, sem predeterminação, desconstruindo certos conceitos ditos “normais” impostos pela sociedade.

Daniela Finco salienta:

Atrelar gênero e infância oferece pistas para uma outra formação docente que problematize a origem das desigualdades. Percebeu-se que é necessário discutir as teorias de gênero enquanto fundantes da análise das relações entre crianças e entre adultos e crianças e para a construção de práticas educativas atentas às diferenças e que combata a desigualdade (FINCO, 2008, p. 1).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) apresenta uma concepção de proposta pedagógica na qual o professor deve construir novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

Em sua totalidade, se as escolas trabalharem a questão de gênero de forma adequada desde a infância, poderão contribuir para uma sociedade mais neutra, igualitária e justa, respeitando as diferenças de cada um.

2.2.2 A educação infantil e a importância de uma educação não sexista

Apesar da histórica luta pela igualdade de gênero nas políticas educacionais, inclusive, explícita pela legislação através da Constituição Federal “sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Brasil, 2001, Art. 3), o termo educação não sexista é recente e refere-se a uma educação que propõe o contrário de uma educação sexista. Nascimento(2014) desenvolve sobre o conceito de educação sexista:

Educação sexista entendida aqui, não apenas como aquela que diferencia homens e mulheres, mas que transforma diferenças em desigualdades sociais naturalizadas como algo definido biologicamente pelos sexos. E, no tocante aos brinquedos, estes são assimilados aos papéis conservadores de gênero. Casinhas, jogos de panela, pratos, vassouras, bonecas similares a bebês reais expressam atividades reprodutivas exercidas majoritariamente por mulheres. Enquanto os brinquedos para meninos estão associados ao espaço público e não mantêm nenhuma relação com a paternidade, tampouco com as atividades domésticas. Nesse sentido, os brinquedos possuem uma carga ideológica patriarcal que assume, na socialização das crianças, um papel na reprodução das desigualdades nas relações sociais entre homens e mulheres. (NASCIMENTO, 2014, p.260)

Historicamente a desigualdade entre homens e mulheres se naturaliza nas relações sociais, e se reproduz cotidianamente na educação sexista. Nesse conjunto, percebemos que meninas e meninos são educados a partir de uma educação sexista. Mesmo na Educação Infantil, é possível identificar o sexismo, presente nos brinquedos, nas diferentes expectativas que se tem para meninos e meninas.

A Educação Infantil tem como responsabilidade garantir o desenvolvimento completo da criança, com isso deve proporcionar ensinamentos focados na

construção de princípios morais, respeito e igualdade. Com isso as escolas devem incumbir-se de práticas educativas que possibilitem a igualdade de gênero. Incentivando assim para uma educação não sexista, a qual tem como objetivo defender possibilidades e direitos iguais para meninas e meninos, além de apoiar na construção de sujeitos atuantes em uma sociedade onde a igualdade e respeito pelo outro tornam-se princípios essenciais.

Segundo Vianna e Finco:

O direito a uma educação infantil de qualidade inclui a discussão das questões de gênero. As relações das crianças na educação infantil apresentam-se como uma das formas de introdução de meninos e meninas na vida social, principalmente porque oferecem a oportunidade de estar em contato com crianças oriundas de diversas classes sociais, religiões e etnias com valores e comportamentos também diferenciados. (VIANNA; FINCO, 2009, p. 271).

Durante a rotina escolar, através de relacionamentos entre as crianças no espaço das brincadeiras compreendemos seu pensamento em relação ao mundo, além dos princípios e conceitos pertencentes a meninos e meninas, princípios esses que são trazidos de casa. A forma como a criança se comporta na escola é o reflexo do que a mesma aprende com pessoas do seu convívio familiar e social. Por isso é fundamental que as escolas de Educação Infantil estejam preparadas para proporcionar diferentes métodos de ensino, os quais amparam a construção da igualdade de gênero.

Em vista disso, mediante seus recursos educativos o docente que ensina a criança, ajuda, de uma forma positiva ou negativa, reforçando ou transformando a maneira de pensar da criança em relação a desigualdade de gênero. Visto que, de modo que o professor trabalhe em prol de uma educação que preze pela igualdade entre meninos e meninas, ele deve observar suas habilidades e recursos pedagógicos utilizados, para que assim, mesmo sem perceber, não venha a contribuir para uma educação sexista. Com relação a educação das crianças em geral, Vianna e Finco alegam que determinadas características são esperadas conforme a cultura adulta em que estão inseridas:

Homens e mulheres adultos educam crianças definindo em seus corpos diferenças de gênero. As características físicas e os comportamentos esperados para meninos e meninas são reforçados, às vezes inconscientemente, nos pequenos gestos e práticas do dia-a-dia na educação infantil. (VIANNA; FINCO, 2009, p. 272).

A educação não-sexista vem justamente propor o contrário, desconstruir essa relação de gênero machista, apoiar que meninas e meninos tenham direitos iguais em todos os espaços e sejam tratados de forma igualitária. No que se refere a essa educação não sexista e sua prática nas escolas Barbosa e Andrade constata:

Vemos que na escola essa educação não é praticada, pois a visão sexista de mundo está enraizada nas pessoas e nos espaços de educação, vemos claramente através dos livros didáticos, a separação de meninas e meninos no recreio, o comportamento que cada um deve ter em sala de aula, entre outras. (BARBOSA; ANDRADE, 2017, p.3)

Contudo a proposta de uma educação igualitária tem embasamento na legislação e está inserido nas políticas educacionais, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 (Brasil, 1996); o Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 10.172/2001 (Brasil/PNE, 2001); o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasil/RCNEI, 1998) e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (Brasil/PCN, 1997). Esses documentos destacam a igualdade entre meninos e meninas, além de conter conteúdos, objetivos, diretrizes e orientações para profissionais atuarem.

Nesse ponto de vista, o professor/a que trabalha na Educação Infantil, desempenha um papel essencial para a garantia de uma educação que contribua para a igualdade entre meninos e meninas.

2.3 O PAPEL CONSTITUTIVO DA DOCÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO

Apesar de que as relações de gênero vem sendo cada vez mais discutidas por pesquisadores, nota-se que isso não acontece nas escolas de Educação Básica, pois na maioria delas, esse tema não é de grande importância. Ainda assim, são nessas instituições que os alunos (meninos e meninas) passam, na maioria das vezes, a maior parte de seu tempo e, que as práticas ocorridas dentro delas influem, de certa forma, na construção dos sujeitos. Sendo assim, é preciso que haja comunicação entre professores e alunos, pois as práticas escolares necessitam ser reformuladas para que não alimentem atributos de desigualdade entre meninas e meninos, ou seja, devem apresentar um modelo não-sexista e buscar o acolhimento, ideia reforçada pelas autoras no trecho abaixo:

Os(as) educadores(as) têm o compromisso de olhar e ver, de ver e dar crédito e de acolher os novos sentidos que cada criança tem a possibilidade de construir. Esses sentidos se revelam nas práticas e nas experiências protagonizadas pelas crianças e por seus professores e professoras. (OLIVEIRA; SILVA; SALVA, 2011, p.109)

Como as relações de gêneros são elementos significativos nas vivências de meninos e meninas, as práticas habituais no sistema educacional podem ser observadas e reconstruídas para que não tenham caráter discriminatório. Sendo assim, diferentes medidas podem ser tomadas pelos docentes em suas rotinas pedagógicas. Daniela Auad apresenta alguns exemplo de práticas docentes:

- a) Evitar criticar e dar bronca nos meninos dizendo “você parece uma menina “. Evitar chamar a atenção das meninas com frases como “você é bagunceira como um menino”. Esse tipo de humilhação só reforça características negativas sobre os sexos.
- b) Estimular na sala e no pátio o trabalho e as brincadeiras de meninas e meninos em conjunto.
- c) Encorajar meninas e meninos igualmente a serem líderes em grupos de tarefas e brincadeiras e a falarem em público.
- d) Fazer as mesmas perguntas e usar o mesmo tom de voz para se dirigir tanto aos meninos quanto às meninas.
- e) Incentivar igualmente meninas e meninos para as práticas esportivas e para as atividades de ciências, matemática, arte e música.
- f) Incentivar, igualmente, meninos e meninas a brincar de boneca, cozinhar, fazer marcenaria, costura e todo tipo de trabalho manual.
- g) Ensinar o respeito às diferentes orientações sexuais.
- h) Encorajar meninos e meninas a expressarem afetos pelos colegas do mesmo sexo e do sexo oposto sem fazer piadas maliciosas. Manifestações de carinho entre crianças (e entre adultos) do mesmo sexo ao do sexo oposto não são erros e, portanto, não precisam ser reprimidos. (AUAD, 2019, p. 83).

Os professores devem também questionar a respeito dos currículos escolares, certificando-se de que foram elaborados de forma igualitária em relação a meninos e meninas, pois os mesmos podem ser redefinidos caso não tenham sido. Auad enfatiza que na docência os debates deveriam ter o entendimento dos docentes das diferentes áreas de domínio disciplinar:

O debate sobre sexualidade, por exemplo, poderia perpassar as diferentes disciplinas, em vez de estar encerrado nos conteúdos sobre corpo humano, em ciências. Mulheres importantes na História, na Literatura e na Ciência poderiam ser conhecidas e valorizadas. Tais abordagens revelariam uma concepção de História e de Sociedade na qual mulheres e homens são sujeitos históricos de igual importância (AUAD, 2019, p. 82).

As instituições de ensino devem ser locais livres de estereótipos de gênero, locais que ofereçam oportunidades iguais para meninos e meninas, com currículos possuintes de percepções igualitárias. Segundo Louro (2014) “a escola desempenha um papel importante na construção das identidades de gênero e das identidades

sexuais, pois, como parte de uma sociedade que discrimina, ela produz e reproduz desigualdades de gênero, raça e etnia".

Com isso podemos dizer que os hábitos e atitudes dos professores são capazes de influenciar as crianças, por isso devem ter consciência e cuidado em relação ao modo de ensinar. Nesse sentido os autores reforçam que o professor tem um papel extremamente importante quando se trata de igualdade de gênero:

O papel do professor e da professora é questionar, problematizar, interrogar e ser parceiro(a) na construção desses outros modos de ser homem e de ser mulher. Isso não significa que os professores e as professoras têm o poder absoluto da mudança, mas têm o compromisso de possibilitar ações reflexivas que visem à construção de relações menos hierarquizadas (OLIVEIRA; SILVA; SALVA. 2011, p.109).

Cabe igualmente ao professor refletir junto com seus pais e a família as relações de gênero, buscando compreender um modelo não centrado nas desigualdades sexuais e sim, na garantia de espaços e tempos em que vivenciem diferentes práticas e representações.

2.3.1 A atuação do/a professor/a da Educação Infantil por uma educação não sexista

Primeiramente o professor (a) de educação infantil necessita de uma formação continuada mediada por questões, pensamentos, estudos e debates com relação a igualdade de gênero e a educação não-sexista, para que o mesmo consiga trabalhar em prol de uma educação que promova a igualdade entre meninos e meninas, contribuindo para que o aluno adquira princípios e atitudes de respeito e igualdade entre os gêneros, desconstruindo assim os conceitos de desigualdade vigentes na sociedade. Finco (2010) traz algumas questões para reflexão:

Existem diferenças na forma como meninos e meninas estão sendo educados na pré-escola? O que é imposto para meninas e meninos que vivem em um ambiente coletivo e público da pré-escola? Dentre aquilo que lhes é imposto, o que meninas e meninos estão produzindo, questionando e contrariando? Quais os sentimentos causados, quando um menino pede uma boneca ou veste um vestido de noiva? Como é vista aquela menina que não usa cor-de-rosa e possui comportamentos mais agressivos ou que vive jogando futebol no meio dos meninos? Quais práticas pedagógicas estão sendo tomadas em relação àquelas crianças que contrariam as expectativas determinadas para cada sexo? Como estão sendo rotulados meninos e meninas que contrariam as expectativas dos adultos e que fogem dos padrões de comportamento considerados "típicos" para o seu sexo? Quais são as estratégias de

resistência das crianças aos poderes arbitrários impostos pelas professoras? Como esses meninos e meninas constroem seus valores, suas regras, suas identidades de gênero diante dessa relação com as professoras? (FINCO, 2010, p. 123).

É de grande valia analisar a formação docente e discutir o modo como o professor exerce suas práticas pedagógicas em relação a construção da identidade de gênero da criança, pois com isso percebe-se quais práticas são aplicadas, as quais devem respeitar e proporcionar a igualdade entre meninas e meninos desde a educação infantil, contribuindo para a composição de uma sociedade mais igual.

Para que o educador(a) possa desconstruir os padrões já impostos como típicos de cada gênero é preciso em primeiro lugar que ele tenha conhecimento de que a construção desses mesmos padrões se dá através de um ponto de vista social, histórico e cultural, ou seja, através das relações sociais que se cria os diferentes tipos de ser menino ou menina, homem ou mulher. Fazendo assim com que seja projetado um olhar crítico do professor(a) para as questões de gênero e da construção da identidade. Segundo aborda sobre a configuração da sociedade quanto às identidades e os modos de ser, em (VIANA; FINCO, 2009):

Os significados de gênero – habilidades, identidades e modos de ser – são socialmente configurados, impressos no corpo de meninos e meninas de acordo com as expectativas de uma determinada sociedade. Se, por um lado, é possível observar o controle da agressividade na menina, o menino sofre processo semelhante, mas em outra direção: nele são bloqueadas expressões de sentimentos como ternura, sensibilidade e carinho. (VIANNA; FINCO, 2009, p. 273).

Assim sendo, por ser a sociedade que cria e direciona os papéis para meninos e meninas, determinando a maneira como devem agir, refletir, se vestir, etc., maneiras essas que são tidas como “corretas” e que vem acarretando a desigualdade entre os gêneros, o educador que atua em sala de aula deve possuir um olhar reflexivo com relação às questões de comportamentos e ações relacionados aos meninos e meninas, atuando assim para uma educação igualitária para todos, pois as instituições de ensino também refletem os padrões sociais impostos pela sociedade, colaborando mais uma vez com a desigualdade entre os gêneros.

Com relação é necessário que o professor de educação infantil analise sua prática pedagógica, observando o cotidiano escolar, para entender e ao mesmo tempo realizar mudanças que permitam com que meninos e meninas se comportem da forma

que se sentirem melhor independente do gênero, construindo assim sua identidade. Costa (2018) aponta:

Para atuar por uma educação não-sexista, o/a educador/a infantil deve estar atento às práticas cotidianas e corriqueiras que muitas vezes passam despercebidas e são entendidas como algo “normal”, mas que, estão incumbidas de sexismo. Separar filas de meninos e meninas, dividir espaços na sala de aula para cada sexo, organizar brinquedos e fantasias do “cantinho do faz-de-conta” por sexo, oferecer aos meninos apenas brinquedos “ditos de meninos” como espadas, carros e aviões, e às meninas apenas brinquedos “ditos de menina” como miniaturas de utensílios domésticos e bonecas, são algumas formas de exercer práticas sexistas. (COSTA, 2018, p.34)

Com isso, a formação de princípios, atitudes e concepções do que é ser menina ou menino, homem ou mulher e também o sexismo se faz na escola e na maior parte do tempo de uma forma que se passa despercebida pelo próprio educador, outro recurso transmissor da desigualdade é a linguagem pois mediante a fala o professor pode vir a enfatizar ações pertencentes a uma educação sexista.

Iniciar um trabalho a favor da igualdade de gênero na instituição de ensino desde o início da vida escolar da criança é proteger, evitando que ações discriminatórias aconteçam. É de grande importância a participação do docente para que o espaço escolar não seja causador nem repetidor de uma educação discriminatória mas sim que valorize a igualdade. Visto que o espaço escolar colabora significativamente para a sustentação dos parâmetros determinados pela sociedade.

Outro ponto importante é em relação à linguagem utilizada pelo educador, na escola e também na convivência com as crianças e não apenas a linguagem pessoal mas também a linguagem dos livros didáticos, uma vez que estes são capazes de motivar as desigualdades de gênero. Segundo Louro (2014) “Os livros didáticos e paradidáticos têm sido objeto de várias investigações que neles examinam as representações dos gêneros”. (LOURO, 2014, p. 74).

Pode-se observar em livros infantis que os personagens femininos são considerados sensíveis, frágeis, delicados e os masculinos representados por personagens fortes, corajosos, velozes e radicais. Deste modo as qualidades apresentadas fortalecem para mais a desigualdade entre meninas e meninos.

Todavia, existem livros paradidáticos que são maravilhosos, retratam personagens femininos com características antes atribuídas apenas para meninos e

vice-versa, sendo assim uma excelente ferramenta para os professores trabalhar e fortalecer suas propostas pedagógicas, contribuindo para uma educação mais igual.

2.4 BRINCADEIRAS DE GÊNERO

As brincadeiras voltadas para o conhecimento do gênero do indivíduo, devem ser adaptadas à faixa etária de forma que a compreensão do que está sendo proposto possa ser efetivada. Finco (2003) põe em pauta indagações que devem servir de base para a elaboração dessas brincadeiras: “Quais as diferenças que existem realmente entre meninos e meninas? Há mesmo coisas que uns podem fazer e outros não?” (FINCO, 2003, p.93).

A mesma autora cita a história *Faca sem ponta, galinha sem pé* de Ruth Rocha (1998), que narra os devidos comportamentos de meninos e meninas, como demonstra-se no trecho:

Pedro implicava com a irmã por ela querer fazer coisas de meninos tais quais jogar bola, subir em árvore; Joana implicava com o irmão por ele às vezes ter "atitudes femininas" como chorar por causa de um filme triste, ou ficar olhando-se no espelho. Os dois sofriam cobranças de atitudes correspondentes com seu sexo por parte de seus pais, como: "menina tem que ser delicada, boazinha..." ou "filho meu não foge! Volte pra lá agora e bata nele também. E vamos parar com essa choradeira! Homem não chora!". (FINCO, 2003, p.93)

Apesar do impasse que é os irmãos conseguem resolver a problemática posta, e não diferenciar as brincadeiras de menino e menina, na medida que se tem a compreensão que a separação não é natural, mas socialmente construída. A percepção disto entre as crianças, evita a separação nas relações dentro do ambiente escolar e fora dele, na medida que desconstrói as brincadeiras de meninos e meninas, e assim evita-se preconceitos entre as próprias crianças.

As brincadeiras são ferramentas imprescindíveis para o processo de ensino-aprendizagem da criança, perpassando para além da acumulação de informações, mas também de conhecimentos fincados nas relações sociais. Finco (2003) traz a observação de que “A escolha e a utilização dos brinquedos pela criança foram pontos importantes de análise para refletir sobre as relações entre meninos e meninas.” (FINCO, 2003, p.96). Na educação infantil, a escolha dos brinquedos é livre, e não

existe uma separação consciente do mundo adulto que faça com que a criança realize a separação entre brinquedos de meninas e meninos, a não ser que com determinada idade, exista uma crença advinda do lar de que existe tal separação.

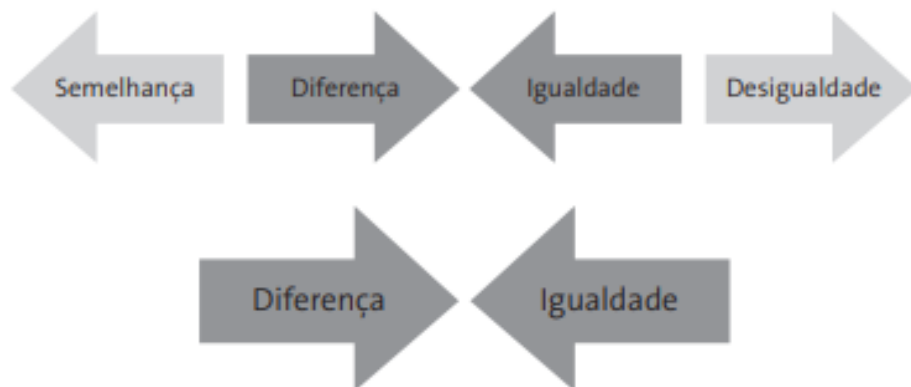
Os brinquedos neste período escolar, são importantes por serem meios de conhecer a realidade. “É importante ressaltar que os brinquedos são compreendidos como elementos culturais, portadores de significados e de um ente do social e as crianças estão a todo momento recriando novos significados.” (FINCO, 2003, p.96). É nesse ponto que se verifica que não existe uma intenção de realizar a separação de atividades e brincadeiras, por que a significação apresenta uma relação subjetiva e objetiva do indivíduo com o meio, que explora no período da infância.

Finco observa exatamente esse movimento: "ao brincar, as escolhas eram feitas de acordo com aquilo que lhes dava prazer, de acordo com a curiosidade. Não existiam fronteiras para os espaços ocupados na brincadeira." (FINCO, 2003, p.97). O que se pode colocar em questão é a importância da figura do professor, de não reproduzir nenhum tipo de discriminação e também ampliar o contato afetivo e relacional entre as crianças e elas com o mundo.

Dessa forma, as brincadeiras de identificação de gênero podem ser trabalhadas na medida que a faixa etária avança, e pode-se compreender melhor a diversidade existente no mundo. A necessidade de unidade da brincadeira, exatamente não proporcionar a desigualdade de gênero, pois “as dicotomias entre feminilidade e masculinidade criam desigualdades: articulado com noções de hierarquias e poder, o gênero é também uma forma social de produzir posições de desigualdade entre pessoas, coisas, espaços ou emoções.” (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016, p.24).

A contação de história, e a identificação de meninos e meninas através de bonecos podem ser uma aproximação inicial com a realidade, mas que se amplia com a possibilidade de maior apreensão da criança com a sociabilidade humana. Os autores Lins, Machado e Escoura (2016) propõe dessa forma trabalhar a diferença junto com a igualdade, trazendo uma significação positiva para o conceito de diferença, em que ser diferente do outro seja algo natural, e que a igualdade deva ser o propósito, como demonstra-se no esquema elaborado por eles:

Figura 1 - Diferença e Igualdade.



Fonte: LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016

Dessa forma, todas as brincadeiras que envolvam - brinquedos, contação de histórias, atividades no parque, amarelinha, entre outros, devem ser compartilhados por todas as crianças, e quando se nota as diferenças pelas crianças, que esta seja trabalhada de forma a propiciar a igualdade de gênero.

3 METODOLOGIA

Todo procedimento metodológico tem como objetivo delinear o caminho a ser percorrido pelo pesquisador. A metodologia dá origem ao método, e é o método que possibilita a pesquisa. Conceituando, Lakatos e Marconi (2003), apresentam que o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que permite alcançar o objetivo e traçar o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando nas decisões do pesquisador.

3.1 TIPO DE ESTUDO

O estudo está pautado na abordagem bibliográfica, para Fonseca (2002, p. 32) a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites.

Tais dados bibliográficos servem para elaboração, compreensão e entendimento do referido estudo. Desse modo, a pesquisa bibliográfica busca deixar uma contribuição ou uma resposta ao problema proposto.

3.2 OBJETO/SUJEITO DE ESTUDO

Darão cientificidade à pesquisa os estudos de Finco (2010), Louro (1998), Scott (1990), Brasil (1998, 2009), Lakatos (2012,2013) dentre outros de igual importância.

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Os instrumentos de coleta de dados são as próprias bibliografias: jornais, artigos, livros, revistas, sites da internet e outros trabalhos acadêmicos. Não haverá entrevista e nem questionário, o diálogo com os autores se dará através de seus escritos.

3.4 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

O procedimento de coleta de dados se deu por meio de pesquisa de autores e materiais que discorrem sobre a temática escolhida, em seguida foram selecionadas as obras e autores e realizada leitura cuidadosa dos mesmos. Logo após a coleta de dados foi executada a etapa da análise dos resultados que se deu a partir da leitura de artigos, livros e documentos e posteriormente construída análise das concepções dos autores sobre o tema e interligados a partir da proposta de pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola tem o papel fundamental de ser uma instituição que possibilita as relações sociais fora do âmbito da família, influenciando os primeiros contatos de crianças com o convívio social. É nela que as práticas pedagógicas possibilitam o seu desenvolvimento tanto no que se refere ao cognitivo quanto ao social.

É nessa perspectiva que as relações de gênero são postas em debate, por ser também uma questão importante no envolvimento da escola. Apesar de que os primeiros momentos da criança com o exterior de forma mais consistente se dê no âmbito da escola, a família é a primeira instituição do aluno, antes da escola. Silva (2016) coloca que:

[...] ao chegarem à Instituição Escolar, meninos e meninas já percorreram um caminho social de convivência que traz incorporado características marcantes construídas e representadas de acordo com interesses e valores de sua cultura (muitas vezes impregnados de preconceitos nas diferenças de sexos) e a escola, apesar do discurso liberal, democrático e inclusivo, muitas vezes, carrega, em suas ideias e práticas, ações e propostas (de forma consciente ou não) que ainda reforçam os preconceitos e privilégios de um sexo sobre o outro. (SILVA, 2016, p.19)

O modelo societário que carrega as questões de gênero em seus níveis de desigualdade, faz parte de um macrossistema, e dessa forma exerce influências sobre as instituições e sobre o convívio social. Compreender isto possibilita um olhar mais abrangente sobre o papel da escola nas práticas pedagógicas que permitem influenciar um olhar pautado na diferença, porém na tentativa de não reforçar a desigualdade.

As práticas educativas feministas surgem dessa forma, para combater essa desigualdade de gênero e influir sobre as questões de igualdade como coloca Guacira Lopes Louro, “As formulações pedagógicas construídas na ótica feminista apoiam-se no reconhecimento das desigualdades vividas por meninas e mulheres em relação aos meninos e homens, no interior das instituições escolares.” (LOURO, 1997). Para isso, se questiona o modelo pragmático da escola e suas formas de ensino:

Pensada como um novo modelo pedagógico construído para subverter a posição desigual e subordinada das mulheres no espaço escolar, a pedagogia feminista vai propor um conjunto de estratégias, procedimentos e disposições que devem romper com as relações hierárquicas presentes nas

salas de aula tradicionais. A voz do/a professor/a, fonte da autoridade e transmissora única do conhecimento legítimo, é substituída por múltiplas vozes, ou melhor, é substituída pelo diálogo, no qual todos/as são igualmente falantes e ouvintes, todos/as são capazes de expressar (distintos) saberes. (LOURO, 1997, p.117)

A detenção do poder masculino é medida da manutenção da desigualdade de gênero, o que coloca em questão como as práticas pedagógicas podem ser aplicadas nos anos iniciais da escola. Partindo-se de que os primeiros anos escolares, é um período de descobrimentos e assim de definição de relações iniciais com o mundo e do 'eu' com os outros, desde cedo pode-se trabalhar a noção de igualdade.

A educação não sexista apresenta-se como um desafio para a escola, docentes e todo o processo educacional pois supõe uma transformação profunda nos comportamentos, materiais e práticas escolares. Além disso, é também uma proposição de mudança social e perpassa pela promoção de políticas públicas de igualdade para a construção de uma escola marcada pela resistência contra a desigualdade de gênero.

Essa perspectiva de educação propõe práticas mais igualitárias e menos centradas nas relações de gênero tradicionais que colocam o masculino de um lado e o feminino de outro, a escola pode ser o ponto de partida para amenizar e desconstruir as desigualdades, de momento cada professor pode analisar sua prática e através da formação e debates perceber que contestar os papéis tradicionais de gênero é possível sem que esse questionamento abale valores éticos.

A separação épica de brincadeiras de meninos e meninas sugeriram durante muito tempo os papéis sociais no futuro de homens e mulheres, sendo questionada na atualidade a partir do novo contexto em que vivemos. Com as mudanças dessa nova geração, faz-se mudar também comportamentos, modos de pensar, e a adequação da escola nesse percurso é preciso, de forma a não cair na manutenção das relações misóginas que são responsáveis por diversos revezes para as mulheres.

Na questão da docência também existe essa dualidade, como coloca Luke (1996 apud LOURO, 1997, p. 117) "a pedagogia feminista também põe em ação um outro dualismo: de um lado, uma concepção masculina de docência, ligada ao conhecimento e à autoridade, e, de outro, uma concepção feminina ou feminista de docência, ligada ao apoio e ao estímulo." Porém não é difícil notar que a reprodução das desigualdades também pode se dar por práticas pedagógicas realizadas pelas próprias mulheres.

Por isso uma das preocupações que devem ser discutidas no âmbito escolar, é a formação dos docentes e sua preparação para lidar com a pauta das relações de gênero, de forma a não reproduzir discursos e ações derivadas da própria desigualdade existente, como coloca Silva: “Compreender que o professor tem possibilidades concretas de combate a práticas e condutas discriminatórias no âmbito da escola requer, sobretudo, pensar a necessidade de formação continuada.” (SILVA, 2016, p.20).

A compreensão de gênero segundo Auad (2003) deve partir do movimento feminista, ou seja, ter como objetivo a apreensão a partir da visão de mulheres, que são as subalternizadas na relação hierárquica entre homens e mulheres. Os movimentos sociais nesse caso, o movimento feminista é considerado uma das chaves para se refletir sobre essas questões, e assim a partir desta ampliar o senso crítico para que a escola seja um espaço também de desconstrução dessa hierarquização. A problemática, dessa forma, é colocada em relação ao que é ensinado aos alunos:

A escola/professor (a) lida com a relação de gênero no seu cotidiano, mas, na maioria das vezes, não percebe suas influências na constituição das subjetividades nas crianças que, quase sempre, são identificadas (de acordo com o gênero) como meninos e meninas. Um exemplo dessa evidência ocorre dentro da sala de aula, quando o (a) docente conta quantos meninos e quantas meninas têm na sala e depois pergunta o total. Nesse sentido, é possível observar que as relações de gênero têm sido alvo de ensinamento dos adultos em relação às crianças, no qual definem o que pode e o que não pode ser feito pelas crianças na vivência de sua sexualidade. Sendo assim, a sexualidade é algo definido pelos adultos, em que não se permite que a criança fale, pense ou sinta tudo o que ela deseja, mas determina o modo de meninos e meninas tratarem com a sexualidade. (SILVA, 2016, p.25)

Os desafios se mostram bem presentes, e também depende de como, no processo de institucionalização do docente é abordado a questão do gênero, como coloca Silva (2016), “a maneira como a escola/ e o (a) docente lidam com as relações de gênero, na maioria das vezes, ocorre através da criação de espaços binários que acabam aprisionando as identidades dos sujeitos”. Por isso, abordar a diversidade de pessoas, o respeito à diferença e sobretudo uma igualdade social entre homens e mulheres devem ser os fundamentos básicos de inserção da discussão de gênero em sala de aula, visto que este é construído socialmente.

Identificamos assim que as questões mais facilmente aprendidas serão aquelas com maior significado para as crianças. Então trabalhar com as questões de gênero,

sem reproduzir opressões, é um trabalho reflexivo e de formação primeira dos docentes, para se trabalhar com os alunos: “[...] muitas vezes o professor é chamado a intervir nesses conflitos ao mesmo tempo em que pode propor situações de trabalho em conjunto como estratégia de facilitação das relações entre meninos e meninas” (BRASIL, 1998, p.122). De forma a completar esse trecho dos Parâmetros curriculares nacional (PCN), Vianna nos traz:

Percebe-se que a escola é marcada por relações sociais de gênero. Dessa forma, professoras e professores devem refletir sobre suas práticas no que diz respeito ao tratamento de alunos e alunas, pelo fato da vida ser marcada de processos históricos, culturais de produção dos diferentes significados masculinos e femininos que fundamentam as relações sociais refletindo-se nas relações estabelecidas dentro da escola e da sala de aula (VIANNA, 1997 *apud* SILVA, 2016, p.27)

Então, as questões referentes ao gênero devem ser iniciadas na própria formação do professor, para que este possa abordar de maneira democrática e a partir do princípio da igualdade para intervir sem reproduzir discriminações e influenciar na mesma prática.

5 CONCLUSÃO

Ao longo da realização desta pesquisa foram apresentados inúmeros apontamentos que embasaram a discussão sobre a questão de gênero na educação, bem como seu recorte: educação infantil. O material teórico dos autores aponta alguns direcionamentos para uma educação não sexista, não discriminatória, inclusiva e democrática, dos quais observa-se como um desafio para a escola, os docentes, estudantes de pedagogia ou licenciaturas e também para a sociedade como um todo.

Diante da proposta para a realização deste trabalho, o objetivo principal foi alcançado, pois através da pesquisa discutiu-se a questão de gênero e educação, identificando o papel constitutivo do docente e inserindo possibilidades e práticas que busquem uma educação não sexista e igualitária.

A escola e os professores devem ter o compromisso de evitar estereótipos de gênero, muitas vezes, incluídos nas suas falas, nos livros e nas brincadeiras. Também devem olhar as crianças de forma igualitária, para que o contrário da igualdade não seja a diferença, mas a desigualdade. Para isso, os professores precisam desenvolver ações que valorizem o respeito entre as pessoas de sexos diferentes. Somente assim, poderemos ter uma educação não-sexista que não defina o papel do menino e da menina, mas valorize o trabalho conjunto entre homens e mulheres.

Considera-se que as relações de gênero ocorrem desde a mais jovem idade visto que mulheres e homens assumem papéis diferenciados na sociedade e os reproduzem no contexto onde estão inseridos, inclusive no ambiente escolar, fazendo com que meninos e meninas não tenham escolha a não ser aderir ao estereótipo. O debate que se coloca no âmbito escolar, diz sobre como os docentes lidam desde cedo com as diferenças de gênero e de que forma podem atuar para não reproduzir preconceitos e discriminações.

A escola é uma etapa muito importante no desenvolvimento dos seres humanos, na medida que é a instituição após a família, que desenvolve o sujeito para as suas relações sociais. Dessa maneira, exercitar o senso crítico para lidar com questões voltadas para o gênero é imprescindível para todos os sujeitos envolvidos

no processo educacional e assim adaptar às práticas pedagógicas, de forma que tenham um direcionamento de desenvolvimento crítico dos alunos, e de respeito à diferença.

Apesar dos desafios dentro da sala de aula, como as concepções e a formação de alunos, o professor deve estar preparado para intervir de uma forma pedagógica e com o intuito de não reproduzir desigualdades. Práticas simples como não estereotipar cores, brinquedos, profissões e sentimentos podem contribuir para a construção de mais igualdade na escola e na sociedade, a fim de minimizar a hierarquização de gênero.

Não se pode deixar de lado questões cada vez mais sérias que fazem parte da realidade, e que se iniciam na hierarquização do homem e da mulher, deixando a mulher num lugar de subalternidade e então de refém das variadas situações, como o feminicídio, os baixos salários em comparação aos homens, a dupla jornada de trabalho, responsabilidade doméstica e maternal, questões estas que devem ser levadas em conta e igualmente trabalhadas no ambiente escolar.

Construir este trabalho proporcionou-me momentos de reflexão e aprendizado, tanto para crescimento pessoal quanto para a formação da minha identidade profissional, que desse modo eu possa atuar por uma educação não sexista e desenvolver práticas educativas que incentivem a igualdade entre meninos e meninas. Para concluir, vale ressaltar que a discussão sobre as questões de gênero na formação inicial e continuada dos professores se faz imprescindível, para que possam atuar com respeito às individualidades de cada um, facilitando as interações afetivas e sociais, e buscando uma sociedade mais justa e com equidade.

BIBLIOGRAFIA

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola.** 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010. 36 p.: il. I

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 542p

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. Volume 2: Formação pessoal e social;

FELIPE, Jane. **Sexualidade, gênero e novas configurações familiares:** algumas implicações para a educação infantil. In: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva (org.). Educação Infantil, pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 61-66.

FINCO, Daniela. **Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil,** 2003. Disponível em <http://mail.fae.unicamp.br/~proposicoes/textos/42-dossie-fincod.pdf> Acesso em: 01 jul. 2020.

FINCO, Daniela. **Socialização de Gênero na Educação Infantil.** Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008. Disponível em < http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST10/Daniela_Finco_10.pdf>. Acesso em 29 de junho de 2020.

GIACHINI, Alessandra Cristina Bolfe; LEÃO, Andreza Marques de Castro. **Relação de gênero na educação infantil: apontamentos da literatura científica.** Revista Ibero-americana de Estudos em Educação, Araraquara/SP, v. 11, n.3. p. 1409-1422, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/viewFile/9038/5937>>. Acesso em 28 de junho. 2020

LAKATOS, Maria Eva. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2012.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2013.

LINS, Beatriz; MACHADO, Bernardo; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola.** 1ª ed. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 16.ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

Manual para publicação de trabalhos acadêmicos e científicos da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Uergs, 2018.

MEYER, Dagmar E. **Escola, currículo e produção de diferenças e desigualdades de gênero**. In: SCHOLZE, Lia. (Org.). Gênero, memória, docência. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.): **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

NASCIMENTO, Antônia Camila de Oliveira. **Divisão sexual dos brinquedos infantis: uma reprodução da ideologia patriarcal**. Rev. O Social em questão, ano XVII, n. 32, p. 257-276, 2014. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.pucrio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=279 & sid=34>. Acesso em: 29 out. 2020

OLIVEIRA, Keila; SILVA, Ethiana Sarachin; SALVA, Sueli. **Relações de gênero e educação**. Revista Sociais e Humanas, Santa Maria, v. 24, n. 02, jul/dez 2011, p. 101-110. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/2884>. Acesso em 07 nov. 2021

SILVA, Fabiane Maria. **“Educação e docência”**: um estudo sobre as relações de gênero e diversidade na escola. Revista Ártemis, v. 22, n. 1, 2016.